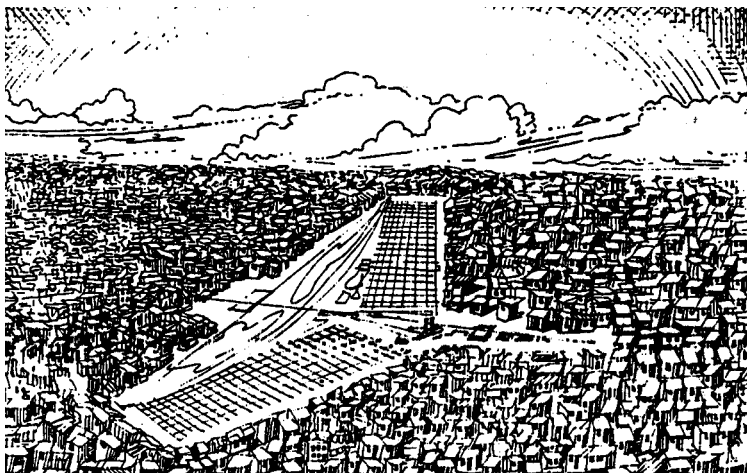


SOCIOLOGIA DO ESPAÇO SOCIAL DE BRASÍLIA: O DESCONTROLE PLANEJADO

Brasilmar Ferreira Nunes*

Nara Kohlsdorf **



Croqui: Paulo Caruso, Revista Projeto nº 20, maio de 1980.¹

Nasceu de um gesto primário de quem assinala um lugar e dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.

(Lúcio Costa, 1962)

Apresentação

O estudo sobre a realidade social de Brasília no intuito de delimitar e identificar as classes sociais no seu espaço e, em consequência, suas práticas, é um objetivo que merece, a título de introdução, algumas considerações. A questão envolve, inicialmente, um tradicional diagnóstico sobre sua realidade sócio-econômica, na medida em que é, a partir daí, que poderíamos construir uma representação das modalidades de inserção dos indivíduos neste espaço, bem como, suas condições de vida e em consequência as possibilidades de estruturação de práticas sociais que poderiam ser caracterizadas como *práticas de classe*. Os pressupostos teóricos da sociologia que sustentam esta postura foram por nós desenvolvidos no texto anterior².

Assim é que Brasília é um aglomerado humano singular quando visto dentro da sociedade brasileira. Trata-se de um espaço pensado, com funções principais pré definidas e que foi implantado numa área física relativamente desocupada, sem nenhuma barreira social que se contrapusesse ao projeto original. Portanto, não significou, no sentido da sua história, um acontecimento que viesse a perturbar uma ordem social preexistente. Isto foi evidente, por exemplo, na expansão das fronteiras agrícolas em direção à Amazônia em períodos recentes do país; neste caso se teve o enfrentamento com culturas pré existentes que dominavam um território e onde os novos ocupantes desestruturaram o que havia sido encontrado

quando do início dos empreendimentos colonizadores. Em conseqüência, se não quisermos cair num etnocentrismo doentio, teremos de assumir estas culturas que foram praticamente dizimadas em suas capacidades de auto-reprodução, necessitando uma estratégia explícita de garantia de existência para grupos indígenas aí existentes; raros são os exemplos de sucesso desta empreitada. O Planalto central do Brasil mantinha já embriões de ocupações com baixa densidade populacional, um sistema econômico débil (sobretudo gado e mineração) mas que não constituía algo consolidado e que se apresentasse como contraposta à um novo modelo que, de resto, tinha na cultura ocidental as suas raízes. Em outras palavras, a construção de Brasília, apesar de alterar a dinâmica regional, não aparece como algo fora de uma lógica preexistente. Nestes termos, a ausência de resistências vai significar aos formuladores do plano que originou a cidade um elemento adicional facilitador de suas propostas; apesar de poder ser caracterizado como um *grande projeto*, Brasília não guarda semelhanças com as chamadas cidades-empresas típicas da fase das obras faraônicas do recente processo de crescimento nacional (Piquet, 1998)³.

A fixação da população candanga que para cá veio para a construção da cidade poderia ser perfeitamente integrada na lógica da cidade então em construção como, aliás, veio acontecer. Sem entrar por enquanto no mérito da natureza no interior da qual se deram os processos de absorção dos migrantes, o fato é que uma vez terminada a construção da cidade não houve aquela transferência maciça para outros “*grandes projetos*” como é o caso tradicional das construções das hidroelétricas ou de grandes obras de infra-estrutura: pelo contrário, pela sua própria característica a cidade se transforma rapidamente em pólo nacional de atração de correntes migratórias.

Por outro lado, mesmo levando estes aspectos em consideração não se pode esquecer que a sociedade brasileira, em sendo uma sociedade de mercado, pressupõe algumas limitações no processo de planejamento, especialmente quando se pensa na implantação de um espaço social urbano. As características deste espaço estão definidas por alguns princípios decorrentes do fato de estarmos sob a égide soberana das trocas monetarizadas do mercado. Em assim sendo, o fluxo de pessoas, o ir e vir dentro do território nacional, não é passível de controle direto pelo Estado, na medida em que está aí um dos pressupostos essenciais do modelo: a liberdade individual formal garantida como questão de princípio. O planejamento estatal atua neste contexto jogando um papel indireto de controle, indução ou repressão, mas jamais com ações coercitivas no sentido radical da palavra. Assim, a implantação de

uma obra gigantesca como foi a construção de Brasília e os elementos adicionais dela decorrentes – infra-estrutura de transporte e comunicações, dentre outros – movimentam a sociedade da época, exercendo desde a sua origem um forte poder de atração de migrantes.

Os indivíduos que para cá se dirigem vêm com uma especial intenção de se engajarem num projeto nacional decantado pelos meios de comunicação na época. Mas, individualmente, vêm sobretudo a procura de melhores condições de vida, de emprego e renda que lhes permitam a inserção numa lógica que cada vez mais se mostrava inexorável. Na ótica individual do migrante, Brasília é um “ponto” no território nacional onde vislumbravam possibilidades objetivas de ultrapassarem o estágio sócio-econômico que estavam inseridos⁴. Um ponto especial, sem dúvida, porém uma alternativa dentre outras, sobretudo se levarmos em conta que a indústria nacional atravessava um de seus períodos mais dinâmicos redefinindo os rumos da acumulação do capital no país e a sua conformação territorial. A construção da cidade concorria com os centros industriais nacionais na atração de migrantes, sendo que os que para cá vieram foram para se empregar sobretudo na construção civil. Além do mais, e em decorrência, a partir dos anos 60 se inicia no País a implantação de grandes projetos nacionais (estradas, hidroelétricas, portos, grandes projetos agrícolas na Amazônia, programas de desenvolvimento do Nordeste, etc.), todos demandando mão-de-obra em quantidade suficiente para mudar o mapa populacional do país em poucas décadas. É claro que São Paulo, sede principal dos projetos industriais, além de todos estes outros projetos, também atraía estes migrantes, mas o poder relativo de Brasília é destacável no conjunto dos lugares de destino de milhares de pessoas que estavam exatamente vivenciando as radicais mudanças que a sociedade brasileira atravessava cujos primórdios podem ser recuperados nos anos 30 deste século⁵. A capacidade de sedução do empreendimento sobre os indivíduos que se encontram em disponibilidade para migrar é aí um elemento favorável à representação simbólica que significava participar da construção da capital do País.

Com o recuo do tempo a concepção do projeto, especialmente no que se refere à lógica social de ocupação do espaço da cidade, pode ser vista como produto de uma particular imagem de sociedade. O período entre a decisão de construir a cidade, a sua construção e os seus primeiros anos de existência já como capital é onde se acirram na sociedade brasileira profundas mudanças não só econômicas mas também sociais e políticas. Não se pode esquecer portanto que estamos passando de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, no interior de um intenso processo de industrialização e que isto traz no seu

bojo a consolidação de duas classes sociais – proletariado industrial e classe média urbana - que irão ocupar, de forma absolutamente original na nossa história, um espaço no cenário político e cultural do país.

Pensar uma nova cidade capital neste contexto veio significar um *plus* para os formuladores do Projeto original que tinham à frente as condições para um sonho de uma sociedade diferente, onde se procurava *ingenuamente* possibilidade de maior harmonia entre os grupos sociais, no espírito de um discurso esquerdizante que esquecia objetivamente o contexto que impunha barreiras concretas ao sonho. Não se trata aqui de criticar os mentores intelectuais do projeto vencedor: evidentemente que não se podia pensar em construir a cidade capital com seu centro administrativo e deixar de pensar os assentamentos dos trabalhadores na construção desta cidade. Projetar dentro desta concepção seria ir contra um discurso igualitarista que está na base da legitimação da sociedade. Talvez fosse importante destacar que construir a capital naquele lugar significava, de um lado, construir a parte física das instituições do aparelho de Estado nos seus três poderes mas também pensar as moradias dos burocratas e demais indivíduos que para cá certamente viriam como, de fato, vieram. Os outros teriam que se adaptar à lógica do mercado sob a vigilância de um planejamento urbano que apresentava uma concepção espacial absolutamente condizente com aquela lógica.

Não seria tampouco o caso de entrar no mérito deste impasse, sobretudo porque a evolução dos fatos veio demonstrar que se produziu aqui um espaço social semelhante aos demais do país, com o elemento a mais que foi justamente o planejamento que teve de se adequar a uma especulação imobiliária que rapidamente se implantou na lógica da ocupação do território. Este planejamento aqui termina por desempenhar um papel absolutamente funcional ao sistema, distribuindo os indivíduos em territórios que guardam uma estreita relação com os seus níveis sócio-econômicos. Além do mais, através de uma rígida legislação de uso e ocupação do solo termina por gerar uma das principais características do espaço físico e social da cidade: a falsa escassez de áreas habitacionais numa região cuja principal característica quando da sua concepção foi justamente a enorme disponibilidade de terras vazias, desocupadas e públicas.

O resultado é que aquela mistura que permite a sensação de pertencimento que caracteriza os espaços urbanos capitalistas aqui se restringe num desenho extremamente rígido onde não só a situação

econômica mas também a situação sócio-profissional está devidamente desenhada no perfil dos ocupantes do DF. Ao invés de se sentir parte de um espaço urbano os moradores das satélites terminam por se sentirem excluídos de uma lógica que privilegia uma minoria, os moradores do Plano e dos Lagos. Tudo se passa como se ao lado de uma cidade modelo se pensasse o seu inverso, numa cópia da imagem do Rio de Janeiro com a sua zona sul e baixada fluminense que povoa o imaginário nacional⁶. A ênfase do planejamento no setor mais articulado ao espírito de uma sociedade de mercado e o papel secundário dado àqueles com baixo nível de integração nas diferentes dimensões – produção, circulação e consumo – termina por gerar algo que apesar de natural na sociedade brasileira é aqui elevado a um nível de requinte máximo.

A racionalidade proposta e o seu resultado

Levantamentos feitos pela CODEPLAN para 1997 indicam para o DF uma população total da ordem de 1.768.190 habitantes. Significa, de fato, um expressivo quantitativo de pessoas se levarmos em conta a previsão original, quando da concepção da cidade, onde estavam previstos, 40 anos após a sua fundação, aproximadamente 500.000 habitantes.

Este é um tema já bastante tratado em estudos sobre Brasília nos quais, pouco a pouco começa-se a evidenciar sintomas ou estrangulamentos típicos das grandes cidades brasileiras, onde o descompasso entre oferta e demanda por emprego e infra-estrutura aponta para déficits absolutamente imprevistos quando da concepção deste espaço⁷. Além do mais, juntam-se mudanças no perfil do Estado, sobretudo as reformas administrativas pelas quais este vem passando neste últimos governos, o que acaba por implicar numa perda da capacidade de empregos também no setor público, o que vai incidir nos elevados índices de desemprego no DF com reflexos na economia urbana no seu conjunto. Assim, déficit na infra-estrutura e incapacidade do mercado de trabalho em absorver os fluxos migratórios que para cá se dirigem terminam por romper com aquela imagem de ilha da fantasia tão ao gosto dos críticos do projeto implantado por Juscelino.

Dentro do contexto nacional sabe-se que o acesso à terra é um dos principais entraves para a racionalização na ocupação e nos usos dos espaços físicos, inclusive nas cidades. Este fato, aliado um forte setor informal e uma população desempregada cada vez mais impossibilitada de se inserir no mercado de trabalho dado o perfil sócio-profissional que apresenta, terminam por evidenciar o caráter explosivo da sociedade urbana brasileira, especialmente de nossas grandes cidades. Brasília não foge a esta lógica.

Implantada em um território onde a ocupação humana é bastante rarefeita face às regiões litorâneas e mesmo ao interior do Nordeste do qual faz limites, a disponibilidade de terras aqui existente termina por funcionar como um fator de atração por si só suficiente para justificar o

translado de parcela importante do número de famílias de migrantes das áreas deprimidas que a cerca⁸. Isto vai ter efeitos na “seleção” do perfil do migrante que se dirige para a capital do país. Assim, ao lado da burocracia estatal que é obrigada a se mudar para Brasília, a população que aqui chega por decisão pessoal não está só à procura de emprego; para uma boa parte dela, a expectativa na origem é o acesso à terra urbana com a inserção econômica podendo ser feita de forma paulatina uma vez garantida a moradia, caracterizando uma estratégia de sobrevivência com peculiaridades precisas. Mas mesmo se levarmos em conta o fato absolutamente comprovado que a instalação da capital do país no centro-oeste provocou impacto sobre a dinâmica sócio-econômica desta área, não se pode ignorar tampouco que as raízes estruturais do subdesenvolvimento do sertão nordestino permanecem até este fim de século. Em outras palavras, o efeito desenvolvimentista que se multiplica pelo Brasil interiorano no qual a implantação de Brasília foi determinante não foi suficiente, por exemplo, para desestruturar situações arcaizantes como são aquelas do sertão nordestino, limítrofe do Centro-oeste que é uma das principais áreas de origem de populações que se dirigem para o Distrito Federal em seus deslocamentos. Brasília representa no imaginário destas populações um eldorado onde “é possível arranjar a vida”, mas ela, em si, não muda as condições sociais de áreas limítrofes. De fato, os efeitos modernizantes que a construção de Brasília provoca vão incidir com maior ênfase nas áreas vazias do Centro-Oeste não ameaçando as estruturas sociais consolidadas no interior do País, especialmente no sertão nordestino, sua região limítrofe mais próxima.

Se ligarmos esta característica com a própria concepção do projeto original para o DF algumas evidências aparecem. De um lado, as satélites estavam previstas para serem ocupadas paulatinamente. Entretanto, a lógica do capital imobiliário faz com que se aumente o preço da terra pois, de fato, eram relativamente poucas as áreas disponíveis que ofereciam vantagens locacionais urbanas. Uma vez consolidados os grupos interessados na especulação imobiliária, instaura-se o fenômeno da falsa escassez de terras, justamente o fator mais abundante na área. O resultado é que aumentam desproporcionadamente os preços da terra urbana, fazendo com que comecem a aparecer os sintomas das cidades subdesenvolvidas: invasões, carências de infraestrutura, dada a ocupação selvagem, violência, etc. De outro lado, ao seu espaço urbano, politizado pelos diferentes interesses que para cá vêm ou que aqui se constroem, se incorporam outras propostas distintas daquela original quando do desenho da cidade. Visto com o recuo do

tempo, pode-se levantar questões sobre os limites do planejamento urbano, numa sociedade tão desigual como a brasileira, onde massas enormes de indivíduos sobrevivem abaixo da linha de pobreza. Nestes casos, a racionalidade que pressupõe o planejamento está permanentemente sujeita a revisões e novos acertos. Brasília não foge também a este estigma.

No caso da ocupação do espaço físico do DF será no confronto da lógica do capital imobiliário e da lógica dos partidos políticos no interior da qual as propostas originais de ocupação do território se romperão; começam a nascer novas satélites, muitas delas absolutamente imprevistas no projeto original e que pipocam em vários pontos do espaço num tempo extremamente curto. Hoje, existem 19 Regiões Administrativas no GDF, muitas delas surgidas nos fins da década passada e início da presente. As mais populosas RAs são as tradicionais Ceilândia (352,56 mil habitantes em 1997), Taguatinga (227,57 mil) e Brasília/Plano (204,59 mil habitantes). Ao mesmo tempo, cidades tais como Samambaia, Guará, Sobradinho, Planaltina, se apresentam com outras tais como Riacho Fundo, Recanto das Emas, Santa Maria, etc. muitas delas bastante recentes (quadro 1).

Quadro 1

Regiões Administrativas do DF: População e densidade demográfica (1997)

Regiões Administrativas	População (1000 hab.)	Densidade Demográfica (hab/Km ²)
I- Brasília	204,59	432,47
II- Gama	124,99	452,67
III- Taguatinga	227,57	1875,32
IV- Brazlândia	49,14	103,67
V- Sobradinho	103,88	182,44
VI- Planaltina	119,01	77,42
VII- Paranoá	48,58	57,02
VIII- Núcleo Bandeirante	32,14	389,95
IX- Ceilândia	352,56	1519,66
X- Guará	105,75	2314,00
XI- Cruzeiro	57,36	6373,33

XII- Samambaia	161,80	1516,42
XIII- Santa Maria	90,24	427,17
XIV- São Sebastião	45,40	118,48
XV- Recanto das Emas	53,44	526,61
XVI- Lago Sul	29,15	153,23
XVII- Riacho Fundo	22,05	404,36
XVIII- Lago Norte	26,34	458,71
XIX- Candangolândia	14,20	2135,34

FONTE: TEMAS CODEPLAN - 1 - "Perfil Sócio-Econômico das famílias do Distrito Federal - CODEPLAN - GDF: 1997.

Para se ter uma idéia das condições sócio-ambientais que prevalecem nas diferentes cidades do DF basta dizer que Samambaia, por exemplo, tem uma densidade de 1516,42 hab/km², Candangolândia tem 2.135,34 hab/km², Cruzeiro com 6.3673,33 hab/km² e assim por diante, enquanto que o Plano tem uma densidade de 432,47 hab/km², bastante próximo do Lago Sul e do Lago Norte. Observa-se assim um padrão diferenciado de ocupação do espaço urbano onde, ao lado de um meio-ambiente urbano dos mais confortáveis do país (Plano Piloto) observa-se áreas bastante próximas das áreas deterioradas típicas de nossas grandes cidades. Esta dualidade na ocupação e na qualidade do espaço urbano que em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e mesmo Recife ou Salvador terminam por desempenhar um papel funcional na dinâmica da cidade, em Brasília, aparecem como enclaves sem maiores funções fora a de desempenhar um papel de reservatório de trabalho não aproveitado por uma economia bastante fragilizada e incapaz de absorver esta oferta . Explica-se aí a maior taxa de desemprego do país⁹.

Por outro lado, esta população vem ocupando as áreas do DF de forma peculiar. A concepção original da nova capital previa, além do Plano Piloto, onde se incluíam áreas residenciais e áreas destinadas às funções do Estado, um desenho definindo as chamadas cidades satélites que desempenhariam funções complementares ao núcleo central: basicamente, abrigar o excesso de população impossibilitada por lógicas específicas da sociedade de mercado de se instalar no Plano Piloto. Desta forma algumas seriam apenas cidades dormitórios para os que trabalhavam no núcleo administrativo, outras desenvolveriam atividades complementares sobretudo na indústria, no comércio e prestação de serviços. O que ficava fora das previsões eram áreas sem nenhuma função pré-definida, cuja população estaria, de alguma forma, considerada excedente hajam vistas as previsões das funções da cidade capital.

No imaginário nacional, o Distrito Federal - que engloba tanto o Plano Piloto como as satélites - sempre se resumiu à Região Administrativa de Brasília e as do Lago Sul e Lago Norte, espaços habitados por políticos e escalões médios e altos da burocracia do Estado, e a própria denominação de satélites para os outros centros urbanos previstos sempre teve uma conotação subtilmente pejorativa¹⁰. Na verdade, elas nunca ultrapassaram a função de centros locais à diferença de Brasília que, em sendo sede do governo federal, se transforma automaticamente numa referência nacional. Como iremos perceber mais à frente esta situação gera um certo mal-estar aos seus habitantes que só vai ser expresso a partir da autonomia política do Distrito Federal quando então a questão sempre vem à tona e é recorrentemente, sobretudo, campanhas eleitorais.

Em 1997, ou seja, 37 anos após a fundação de Brasília, já se constata que as gerações aqui nascidas constituem parcela substancial da população, correspondendo a 44% do total. Este dado nos permite deduzir que o DF se consolida tanto como um pólo de atração como de fixação de migrantes. Este potencial de atração se exerce sobretudo sobre aqueles Estados limítrofes – Minas Gerais (10,86%), Goiás (7,68%), Piauí (6,14%) e Bahia (5,58%) - são os que mais cederam população para o DF. De qualquer forma, mesmo sendo concentrado sobretudo sobre Estados limítrofes, este potencial de atração se exerce sobre todo o território nacional. Certamente há uma dinâmica populacional que se cria em decorrência da própria função de centro político-administrativo da federação; poderíamos porém levantar uma hipótese já bastante plausível de que o expressivo crescimento populacional demonstra claramente que a função de polo de atração já ultrapassa o fato de ser centro político.

Os dados disponíveis nos permitem ainda levantar uma outra observação que complementaria esta anterior. Estamos nos referindo ao fato de que o Centro-Oeste era, até o aparecimento de Brasília, uma região fora do eixo territorial do desenvolvimento nacional. A construção de Goiânia não tinha ainda atingido os seus objetivos de integrar definitivamente esta região na dinâmica do desenvolvimento do País¹¹. Sem sombra de dúvidas construir a capital política do país nesta área amplia as condições objetivas e mesmo simbólicas para consolidar em curto espaço de tempo o papel desta região na dinâmica do desenvolvimento nacional. Sobretudo, a transferência da capital descola o polo político do polo econômico que se confundiam quando o Rio de Janeiro era simultaneamente a capital federal e o segundo centro econômico do país.

Estaria aí o grande fator dinâmico do novo Distrito Federal que se espalha pela macro-região na qual ele se localiza; mesmo sem um desenvolvimento econômico com o porte da sua importância política, pouco a pouco o Distrito Federal vai se consolidando como o principal centro urbano do Centro-oeste. Este processo ganha expressão sobretudo com a implantação das vias terrestres de comunicação que interliga Brasília a todas as macro-regiões brasileiras, especialmente aos seus grandes centros urbanos (Belém, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Recife, Porto Alegre, etc.). Uma vez implantadas estas vias estão dadas as condições objetivas de se consolidar o papel de pólo de atração das correntes migratórias que estamos insistindo neste texto.

Nossa hipótese é de que seria sobretudo no nível imaginário que Brasília se transformaria neste novo “eldorado”. A proximidade do poder jogaria simbolicamente para populações desfavorecidas como uma possibilidade concreta de acesso a melhores condições de vida. Não se pode desprezar o fato de que nos anos 50/60 e até mesmo ainda hoje, relações patriarcais e clientelísticas se desenvolvem naquelas áreas conhecidas como “grotões” do Brasil: regiões interioranas cujas populações enxergam nos políticos figuras com poder de alterar o ritmo de suas precárias vidas. A localização do DF no centro do Brasil, região isolada e fora das áreas mais cosmopolitas, com certeza trouxe para as populações dos estados vizinhos a possibilidade de se aproximar fisicamente do poder exercendo, sem dúvida, um forte fascínio.

Os dados mostram que, com exceção dos que aqui nasceram, poderíamos identificar em algumas das Regiões Administrativas (RA) do Distrito Federal verdadeiras “colônias” que guardam em suas localizações dentro do Distrito Federal uma lógica aparente como, por exemplo:

- 15% dos habitantes da Região Administrativa do Lago Sul, 13% de Brasília, 14% de Taquatinga, 15% de São Sebastião e 12% do Lago Norte são originários de Minas Gerais;
- 12% do Paranoá, 9% de Santa Maria, 8% de São Sebastião, 7% do Gama Sobradinho e Ceilândia e 6% do Riacho Fundo, Candangolândia e do Recanto das Emas são piauienses;
- 13% de São Sebastião, 9% do Paranoá, 8% de Santa Maria e 7% da Ceilândia e Samambaia são baianos;

- os goianos estão concentrados em Brazlândia (16%), Planaltina (12%), Taquatinga (9%), Núcleo Bandeirante e Candangolândia (8%);
- as Regiões Administrativas de Brasília, Paranoá, São Sebastião e Lago Sul são as que contam com menores números de habitantes não originários do próprio Distrito Federal (menos de 40%); todas as demais contam com mais de 40% dos moradores nascidos aqui;
- os estrangeiros constituem parcela irrisória dos moradores (0,28%), e aqui se instalam mais por razões de trabalho nas representações diplomáticas ou organismos internacionais; habitam sobretudo o Lago Sul e o Lago Norte.

Conforme frisamos acima, esta concentração por origem dos habitantes do Distrito Federal demonstra que há uma lógica implícita na opção pelo local de moradia. Muitas vezes, esta opção é dada pelas referências ditadas por familiares ou conhecidos que “abrigam” os migrantes quando da chegada; posteriormente seus espaços residenciais se definem por outros critérios tais como possibilidade de acesso à terra e à moradia ou a equipamentos urbanos, emprego, etc. O processo de consolidação do espaço vai, pouco a pouco, interferindo naquele de construção da cidade, muitas vezes por práticas absolutamente autônomas contrárias à lógica do planejamento urbano rigidamente implantada no Distrito Federal. Neste embate entre estas duas lógicas o espaço social do Distrito Federal termina por se constituir num caldeirão de culturas regionais nacionais que se reproduz segundo uma lógica própria, onde a forma espacial seria um dos elementos mais significativos¹².

A região de Brasília é a mais heterogênea e, nesta perspectiva, a que guarda menos resquícios de culturas regionais do país. O próprio desenho das super-quadras interfere no comportamento de seus moradores influenciando com grande força nas mentalidades que aí se geram. Poderíamos pressupor que seria nesta área que surgiriam novas práticas culturais “originais” e que explicariam, por exemplo, o aparecimento de movimentos de jovens, dentre os quais o movimento musical de repercussão nacional¹³. Ao mesmo tempo, poderia também ser considerada a mais cosmopolita no sentido de apresentar entre seus habitantes os altos escalões da administração pública e, conforme iremos perceber mais à frente, os maiores níveis de renda e

o maior índice de escolaridade. Sem dúvida, circulam aí informações em níveis acima da média, dando esta sensação de “estar no mundo” por parte dos seus moradores.

A usual má distribuição do produto social

Se considerarmos a distribuição das famílias no território no DF e a analisarmos através da classe de renda, podemos nos dar conta de algumas características da população aqui residente, com aspectos esclarecedores para compreender a lógica de ocupação do espaço.

Para o DF no seu conjunto, o principal das famílias (43,0%) têm rendimentos entre 2-10 salários mínimos, ou seja, está concentrado nesta faixa quase cinquenta por cento da população da área. Ampliando esta faixa até 25 SM constatamos que 67% das famílias vão aí se situar. As famílias nas faixas mais ricas (acima de 40SM) corresponde a 10% do total, porcentagem esta próxima daquelas que recebem até 2SM (14%). Constata-se assim que temos um número próximo de famílias muito ricas e muito pobres e a grande maioria da população residente se situa nos estratos médio-inferior, médio-médio e médio-superior.

Estes dados, quando analisados através da sua distribuição nas regiões administrativas permitem algumas considerações que nos esclarecem sobre a distribuição dos grupos sociais dentro do espaço do DF. De fato, as teorias sobre as evidências espaciais das desigualdades sociais e econômicas dentro do espaço urbano encontram em Brasília uma concretude lapidar. Assim é que, nas RAs XVI e XVIII (Lago Sul e Lago Norte respectivamente) a maioria absoluta da população faz parte das famílias com renda acima de 40SM: isto quer dizer 65,8% no Lago Sul e 64,0% no Lago Norte. Tratam-se, efetivamente, das áreas nobres da Região caracterizada por habitações unifamiliares que chamam a atenção pelo elevado padrão médio e pelo conforto urbano que apresentam, ou seja, infra-estrutura de primeira qualidade, um projeto urbanístico impecável, segurança pública eficiente, etc.

As famílias mais pobres (com renda inferior a 2 SM) estão distribuídas pelas cidades satélites situadas nos arredores do Plano Piloto, umas preexistentes à transferência da capital, outras criadas paulatinamente, à medida em que se consolidava a vida urbana neste espaço, algumas

outras resultando de políticas de ocupação da terra levadas a cabo por grupos no poder no DF: de um lado, Paranoá, Planaltina e Brazlândia e, de outro, aquelas bem mais recentes que aparecem sobretudo em fins dos anos 80 e inícios dos anos 90; (Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas e São Sebastião). Nestas, a proporção de famílias com renda mensal abaixo de 2 SM está entre 20 a 30%.

Se olharmos estas localidades a partir de suas datas de fundação poderemos periodizar os fluxos migratórios para o DF: eles se fizeram de acordo com demandas específicas que se apresentam particularmente com a consolidação da vida urbana. Assim, num primeiro momento, eram os trabalhadores da construção civil, em seguida os comerciantes e prestadores de serviços e, uma vez inaugurada a cidade e instalada a capital do país, é a burocracia do Estado em todos os seus escalões que para cá se dirigem (forçadas ou não). Mais recentemente, com a organização dos grupos sócio- políticos no DF, a disponibilidade de terras públicas passa a ser uma importante variável na cena política onde os diferentes interesses se enfrentam. A moeda “terra” passa a ocupar um lugar de peso neste cenário atraindo uma enorme leva de indivíduos e famílias à procura de um lugar seguro para se fixarem. Inúmeras análises demonstram que esta razão é uma das principais no poder de atração que a área exerce sobre os fluxos migratórios oriundos de regiões circunvizinhas. Assim, tem-se três ciclos de povoamento e o terceiro deles se diferencia dos dois anteriores - período da construção e período da consolidação - no sentido em que neste, mais do que a oferta de emprego, é a oferta de terra que vai desempenhar o papel indutor na expansão da cidade.

A lógica da periferização urbana se instala de vez e vemos o aparecimento de verdadeiras cidades “clandestinas” num período de tempo bastante estreito. Aliás, esta é uma lógica típica do Distrito Federal. Tradicionalmente no Brasil as populações vão ocupando áreas que, num primeiro momento, não são disputadas pelo capital imobiliário: em geral morros, mangues, áreas degradadas, etc. Mesmo assim, são terras contíguas à ocupação que se faz via mercado, não havendo grandes vazios entre elas; mesmo quando há vazios a expansão natural vai interligando as áreas, que se beneficiam de uma infra-estrutura preexistente. Poderia se falar assim que as economias de aglomeração terminam por beneficiar ao conjunto dos moradores. Em Brasília a cada invasão é um novo aglomerado que se cria com tendência a se transformar em cidade

satélite. Em geral são espaços completamente desprovidos de qualquer infra-estrutura, onde a chegada de pessoas significa começar praticamente tudo. É o eterno mito da origem que se revive permanentemente, onde a ausência de história do lugar e, portanto, a ausência de identidade permite acolher qualquer um em iguais condições. Ninguém é de Brasília e em consequência Brasília aparece aos migrantes pauperizados como uma terra de ninguém. Posteriormente institucionalizam-se as ocupações e consolida-se um espaço urbano com características usuais daqueles demais do país onde as famílias pobres se instalam em áreas com precários índices de urbanização e as melhores situadas economicamente gozam de um espaço absolutamente idêntico àqueles de sociedades ricas. O processo de institucionalização destas áreas já entrou na história e no folclore político do Distrito Federal e, em geral, explode com virulência inesperada, sobretudo nas campanhas eleitorais.

Ao mesmo tempo, a dinâmica do mercado imobiliário no DF transforma os imóveis do Plano Piloto nos mais caros do país e induz a ocupação de espaços nos seus arredores o que se traduz pela ocupação destas áreas por uma população de renda média, ligados direta ou indiretamente ao setor público. Os dados existentes para 1997 mostram, por exemplo, que 54% das famílias do Gama, 59% das famílias do Paranoá, 60% de Ceilândia, 67% de Santa Maria, 72% de São Sebastião, dentre outras possuem renda entre 2 a 10 SM, ou seja, algo próximo de rendas típicas de populações de classe média inferior.

O que poderia ser considerado algo procedente é a característica do DF de ser um aglomerado (Plano e satélites) que guarda semelhanças com aqueles de áreas subdesenvolvidas, mas que não chega a se caracterizar, na média, com as nossas cidades com alto índice de miséria. O fato de 43% das famílias aqui residentes terem renda entre 2-10 SM coloca a área numa situação de relativa superioridade face a algumas das grandes cidades do País. Já é lugar comum a consciência sobre a cruel distribuição de renda no Brasil. Recente estudo do IPEA mostra que 30% da população brasileira vive com menos de um salário mínimo per-capita por mês, o que significa aproximadamente 50 milhões de pessoas¹⁴. Não se nega a existência de bolsões de pobreza, com todas as suas características de carência de infra-estrutura, mas concretamente este é, no caso de Brasília, uma situação que não chega a provocar impactos negativos na imagem da cidade

em função inclusive de seu desenho como se percebe, por exemplo, para os macro indicadores sociais do urbano nordestino e mesmo de outras regiões do País.

Quadro 2

Distribuição das famílias, na Região Administrativa por classe de renda (DF: 1997)

(Em %)

RAs	Até 2 SM	2 — 10 SM	10 — 25 SM	25 — 40 SM	Acima de 40 SM	Total
I-Brasília	5,36	16,24	30,42	19,61	28,37	100,0
II-Gama	16,69	53,52	22,99	5,70	1,10	100,0
III-Taquatinga	8,12	37,60	35,03	13,32	5,93	100,0
IV-Brazlandia	24,63	59,4	12,23	2,78	0,96	100,0
V- Sobradinho	17,89	44,17	26,82	8,00	3,12	100,0
VI- Planaltina	25,39	56,38	15,87	1,56	0,80	100,0
VII- Paranoá	32,61	58,75	6,98	1,40	0,26	100,0
VIII-N. Bandeirante	7,43	36,77	33,36	13,23	9,21	100,0
IX- Ceilândia	15,90	60,89	20,22	2,10	0,89	100,0
X- Guará	5,10	27,94	38,97	16,69	11,30	100,0
XI- Cruzeiro	4,15	25,94	37,78	14,51	17,62	100,0
XII- Samambaia	26,97	62,02	9,59	1,14	0,28	100,0
XIII- Santa Maria	23,46	67,34	8,47	0,46	0,27	100,0
XIV- São Sebastião	18,87	72,43	7,50	0,56	0,64	100,0
XV- Rec. das Emas	25,96	65,09	8,65	0,30	0,00	100,0
XVI- Lago Sul	5,54	5,14	9,24	14,27	65,81	100,0
XVII- Riacho Fundo	12,17	54,06	27,36	4,80	1,61	100,0
XVIII- Lago Norte	9,45	11,59	7,00	7,95	64,01	100,0
XX -Candangolândia	11,56	50,33	28,30	6,37	3,44	100,00
Distrito Federal	13,91	43,00	3,89	6,37	3,44	100,00

FONTE: TEMAS CODEPLAN - 1 - “Perfil Sócio Econômico das famílias do Distrito Federal - CODEPLAN - GDF: 1997

Uma outra perspectiva na análise dos dados sobre a renda familiar complementa as observações apresentadas até o momento:

- Samambaia (15,5%) e Ceilândia (17,0%) são as cidades que concentram a maioria dos pobres de Brasília; na seqüência, Planaltina, Gama, Taguatinga, Sobradinho e Santa Maria aparecem também com expressiva porcentagem dos pobres na sua população total: este conjunto de cidades totaliza 39% daquelas famílias consideradas pobres (menos de 2 SM). Assim, se somarmos a população com renda até dois salários mínimos iremos nos dar conta que 61% dos pobres no DF estão aí concentrados, caracterizando verdadeiros bolsões de pobreza que irão refletir a dimensão subdesenvolvida da área, constituída por famílias cujo acesso à moeda, e portanto ao mercado de consumo, é precário.

- Ceilândia (21,02%), Samambaia (11,53%) e Taguatinga (10,97) concentram quase 50% das famílias que têm entre 2-10 SM de renda, caracterizando estas como sendo espaços onde habitam o essencial da classe média inferior do DF; conseqüentemente uma dedução deste dado é o fraco mercado consumidor de parcela significativa da população aí residente devido, sobretudo a inserção no mercado de trabalho (público e privado) em condições inferiores de remuneração. Como conseqüência, um setor terciário e de prestação de serviços com fraco potencial de crescimento.

- As famílias da faixa intermediária da classe média (rendimentos entre 10-25 SM) estão localizadas sobretudo na RA de Brasília (Plano Piloto), Taguatinga, Ceilândia e Guará, totalizando 65,16% das famílias desta faixa de renda.. Os dados até aqui apresentados nos dizem, portanto, que Ceilândia e Taguatinga são RAs que se situam entre aquelas na faixa média-média a inferior da renda; Samambaia está entre aquelas média-inferior e pobre de renda .

- Brasília aparece nesta seqüência como a RA que concentra a maioria das famílias de alta renda do DF: se considerarmos aquelas que têm rendimentos acima de 25 SM 84,28% destas são moradoras do Plano. Na seqüência, aparece Taguatinga que também conta com um expressivo número de famílias de alta renda (25,93%). Guará, Cruzeiro, Lago Sul e Lago Norte seriam as RAs onde também residem expressivas parcelas das famílias de alta renda do DF. Especialmente no caso do Lago Sul e Lago Norte há uma maior homogeneidade nos habitantes quando vistos pela faixa de renda. A sua relativamente

pequena participação no total das famílias ricas do DF se deve simplesmente ao fato de que se tratam de áreas com baixa densidade populacional. Em termos mais precisos, Taguatinga é o aglomerado com maior característica de cidade no sentido em que aparece aí uma heterogeneidade absoluta de renda entre seus moradores demonstrando uma diversidade de consumo digna de um centro urbano; Plano Piloto e os Lagos aparecem mais como grandes bairros de classe média.

Quadro 3

Distribuição das famílias na classe de renda por Região Administrativa (DF: 1997)

Em %)

RAs	Classe de renda				
	Até 2 SM	2 — 10 SM	10 — 25 SM	25 — 40 SM	+ de 40 SM
I- Brasília	6,55	6,42	21,64	37,23	47,05
II- Gama	7,48	7,76	5,99	3,97	0,67
III- Taguatinga	7,33	10,97	18,40	18,67	7,26
IV- Brazlândia	3,08	2,40	0,89	0,54	0,16
V- Sobradinho	6,95	5,54	6,06	4,82	1,64
VI- Planaltina	9,68	6,95	3,52	0,92	0,41
VII- Paranoá	4,13	2,41	0,52	0,28	0,05
VIII- N. Bandeirante	1,14	1,83	2,98	3,15	1,92
IX- Ceilândia	16,97	21,02	12,57	3,48	1,29
X- Guará	2,36	4,18	10,49	11,98	7,09
XI- Cruzeiro	1,40	2,83	7,41	7,60	8,06
XII- Samambaia	15,50	11,53	3,21	1,0	0,22
XIII- Santa Maria	7,25	6,73	1,52	0,22	0,11
XIV- S. Sebastião	2,52	3,12	0,58	0,12	0,12
XV- Rec. das Emas	4,19	3,40	0,81	0,08	0,00
XVI- Lago Sul	0,85	0,26	0,83	3,42	13,76
XVII- Riacho Fundo	0,94	1,35	1,23	0,58	0,17
XVIII- Lago Norte	1,06	0,42	0,46	1,39	9,77
XIX- Candangolândia	0,62	0,88	0,89	0,53	0,25
Distrito Federal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TEMAS CODEPLAN - 1 - “Perfil Sócio Econômico das famílias do Distrito Federal - CODEPLAN - GDF: 1997.

Quando olhamos alguns indicadores que podem servir de parâmetros à inserção das famílias no mercado de consumo, esta situação da renda familiar no DF situa este espaço, conforme já ressaltado, num nível relativamente superior aos outros do país. Assim, considerando os chamados eletrodomésticos - bens de consumo duráveis - iremos perceber que ocorreu entre 1980 e 1997 uma socialização bastante significativa no acesso das famílias do DF a estes bens.

Claro que alguns deles são absolutamente necessários a uma residência urbana e o índice de existência dos mesmos nos domicílios do DF chega a ser ideal. Entretanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que a estabilidade da moeda a partir sobretudo de 1994 permitiu às classes populares - via sistema de crédito direto ao consumidor - acesso a bens não tão essenciais e que poderiam ser considerados “supérfluos” pela suas próprias características. De qualquer forma, poderíamos considerar que passar dos 64,4% de domicílios que possuíam chuveiro elétrico em 1980 aos 86,5% observados em 1997, ou dos 0,1% que tinham freezer em 1980 para os 35,22% em 1997, ou mesmo dos 42,4% que detinham televisão a cores em 1980 para os 91,58% em 1997 tudo está indicando que, a partir de um padrão médio de consumo nos domicílios urbanos, os do DF preenchem, na média, um padrão bastante razoável de acesso a tais bens. Há inclusive de se destacar que em 1997 cerca de 15% dos domicílios já contam com computadores.

Quadro 4

Distribuição das famílias segundo posse de equipamentos domésticos

Em %

Equipamentos Domésticos	1980-81	1991	1997

Batedeira Elétrica	22,1	29,95	46,11
Chuveiro Elétrico	64,4	76,79	86,35
Ferro Elétrico	91,2	91,80	93,08
Forno Microondas	5,51	19,87
Freezer	0,1	21,07	35,22
Geladeira	77,7	87,73	92,87
Liquidificador	73,6	79,83	86,32
Maq. de lavar roupa	24,7	38,76	43,15
Microcomputador	...	2,84	14,85
TV a cores	42,4	70,46	91,58

Fonte: CODEPLAN: Perfil sócio-econômico das famílias do DF/ 1997

A escassez fictícia de terra e a dinâmica habitacional

Conforme já frisamos anteriormente, a disponibilidade de terras desocupadas no DF e no seu entorno serviu como moeda política para alguns grupos que ocuparam o governo. Adotou-se uma estratégia de oferecer esses lotes através de critérios clientelísticos que terminaram por transformá-los em um dos principais fatores de atração de correntes migratórias para a área. O resultado foi um rápido e elevado crescimento populacional que trouxe a reboque uma gama enorme de problemas consubstanciados nas carências em serviços coletivos cuja oferta não conseguiu acompanhar a força exponencial de crescimento da demanda. Invasões de áreas públicas, aliados à expansão dos índices de violência e criminalidade passaram a compor um cotidiano próximo àqueles das grandes cidades do país. As campanhas eleitorais onde se explicitam plataformas de governo dos candidatos de diferentes correntes políticas refletem com precisão este fenômeno: entre as promessas de emprego, habitação, educação, controle de violência, é uma cidade típica de sociedade subdesenvolvida que se descortina aos olhos de um morador de Brasília.

O resultado desta dinâmica habitacional termina por caracterizar uma situação diferenciada dos moradores do DF quando vistos sobre as condições de ocupação das residências. Assim, 46,03% das residências no DF são próprias e se agregarmos as “próprias em aquisição” iremos constatar que ambas totalizam 51,88%. A distribuição destas moradias no território do DF evidencia uma

dinâmica habitacional com certas características específicas de uma cidade capital que tem a ocupação de seu território físico absolutamente controlado nos seus principais eixos.

A prática do planejamento urbano encontra aqui um ambiente quase ideal. Cultiva-se esta atividade e se dá a ela uma legitimidade social e política que extravasa as suas possibilidades. As ingerências do governo local nos usos e ocupações das terras atinge aqui níveis inimagináveis em outros centros e toda a expansão da área construída é resultado de um permanente embate entre a burocracia do planejamento governamental face à lógica do capital imobiliário e aos processos “selvagens” das invasões de terras vazias. Aliás, a prática de invasão de áreas públicas nunca foi, no DF, uma estratégia exclusiva dos pobres; todas as camadas sociais invadem terras e isto já se incorporou numa certa “cultura local”. Todas as tentativas de romper com este fenômeno terminaram em graves conseqüências para aqueles que aí se envolveram. Este fato acabou caracterizando o espaço habitacional dominado por residências unifamiliares, onde é relativamente elevado o índice de ocupação de áreas não delimitadas oficialmente pelo planejamento urbano oficial da cidade à exceção do Plano Piloto. O governo anterior do DF capitaneado pelo PT teve como uma de suas ações mais polêmicas a regularização da ocupação dos chamados “condomínios irregulares”, áreas ocupadas indevidamente por setores da classe média com renda familiar para construir ou comprar casas mas que se viam impossibilitados do acesso pelos preços excessivamente elevados, fruto de uma estratégia governamental e da própria especulação imobiliária tal qual se apresentam no DF. A política do PT certamente custou-lhe votos preciosos nas eleições de 1998.

Assim, a primeira evidência é a de que as duas principais áreas “nobres” da cidade (Lago Sul e Lago Norte) à semelhança do que ocorre em outras cidades é ocupada na sua grande maioria por residências unifamiliares e próprias: 78,72% das famílias do Lago Sul e 82,15% do Lago Norte ocupam espaços de suas propriedades. Deve-se ressaltar que tratam-se de áreas onde o preço do metro quadrado dos terrenos e das construções aproximam-se ou ultrapassam os mais altos do país. É verdade que muitas das famílias que habitam estas áreas são pioneiras no DF, e para cá vieram quando a especulação imobiliária ainda estava dando seus primeiros passos na cidade. Muitas delas hoje, provavelmente, não teriam condições de acesso a estes locais mesmo sendo

componentes da elite burocrática do Estado, pois se tratam dos mais elevados preços de metro quadrado de terras urbanas do país..

Da mesma forma, o Plano Piloto guarda semelhanças na sua ocupação. Está aí localizada a grande maioria dos apartamentos funcionais atuais e do passado. Uma das vantagens que se oferecia aos funcionários públicos para deixarem o Rio de Janeiro na época da transferência da capital para o DF era, justamente, os indefectíveis apartamentos funcionais construídos para atender à demanda da burocracia pública que para cá se transferia. Mesmo com a política de venda desses apartamentos aos seus ocupantes no início da década de 90, ainda hoje cerca de 19,05% dos apartamentos do Plano ainda são de propriedade dos órgãos públicos o que somados aos 12,76% dos do Cruzeiro e os 2,23% do Guará, totalizam 34,04% dos imóveis residenciais do DF, número ainda bastante significativo. É de se supor que aqueles do Cruzeiro e do Guará estão destinados aos funcionários de baixo escalão da administração, sobretudo porque o espaço residencial no DF é profundamente segmentado por faixa de renda e estas são áreas de rendas média-média ou média inferior, conforme tivemos oportunidades de frisar nos parágrafos anteriores.

Os aluguéis de imóveis residenciais no DF também têm sua dinâmica espacial quando vistos a partir dos seus preços. As áreas nobres da cidade, especialmente Plano, e os Lagos Norte e Sul têm os mais elevados custos de aluguéis do país, sobretudo se levarmos em conta os padrões das construções dos apartamentos do Plano. Taguatinga, Ceilândia e Núcleo Bandeirantes são as RAs onde a ocorrência de imóveis alugados é destaque: de fato, 18,77% dos imóveis alugados no DF estão aí situados (29,89% dos de Taguatinga, 26,84% dos de Ceilândia, 25,25% dos do Núcleo Bandeirantes) parecendo indicar que a expansão das construções nestas cidades está sendo dirigida, em boa parte, para aluguel, portanto, como investimento possível dentre as alternativas existentes no DF.

Outro aspecto que chama a atenção são aquelas moradias que se caracterizam pela chamada “concessão de uso”. Em geral estas podem ser definidas segundo duas lógicas: aqueles imóveis que foram cedidos aos habitantes sem a concessão de títulos de propriedade, abarcando sobretudo as camadas de baixa renda da população ou aqueles condomínios de classe média-média ou

média-inferior que se espalham pelo DF em áreas ainda não liberadas para urbanização pelos canais competentes do governo e que aguardam uma regularização dentro dos princípios legais. Os primeiros são sobretudo aqueles a que fizemos referências e que servem de moeda política na procura de votos durante períodos eleitorais; os outros são constituídos, em geral, por famílias com rendas médias condizentes para aquisição de terrenos e mesmo construção mas que, conforme já ressaltamos, não conseguem entrar no mercado imobiliário extremamente seletivo como é o do DF. Chama a atenção especialmente o enorme número de residências com concessão de uso existentes no Recanto das Emas (68,13%), São Sebastião (56,36%), Santa Maria (45,32%), Riacho Fundo (41,64%), Candangolândia (34,85%), Samambaia (31,98%), Paranoá (26,91%) e Planaltina (23,88%). Tratam-se efetivamente das cidades onde se concentram populações pobres e muitas delas são áreas de ocupação ou de expansão recente dentro do DF, em média com área construída de 30m². Os dados da tabela a seguir discriminam estas informações segundo as RAs.

Quadro 5

Distribuição das famílias, segundo a condição de ocupação da residência, por região administrativa (DF: 1997)

(Em %)

RAs	Própria	Em Aquisição	Alugada	Cedida	Funcional Pública	Funcional Particular	Concessão de uso	Outros	Total
I- Brasília	52,49	6,13	14,70	5,81	19,05	1,19	0,40	0,23	100,00
II- Gama	51,13	6,35	19,46	22,69	0,00	0,00	0,37	0,00	100,00
III- Taguatinga	48,60	7,08	29,89	13,23	0,31	0,19	0,29	0,41	100,00
IV- Brazlândia	61,56	0,45	14,51	18,83	0,00	0,00	4,40	0,25	100,00
V- Sobradinho	51,57	1,49	17,93	20,75	0,18	0,00	8,08	0,00	100,00
VI- Planaltina	40,72	4,94	13,70	16,65	0,00	0,11	23,88	0,00	100,00
VII- Paranoá	34,65	0,00	17,64	20,32	0,00	0,24	26,91	0,24	100,00
VIII- N. Bandeirante	47,45	4,37	25,25	20,73	0,00	0,00	2,20	0,00	100,00
IX- Ceilândia	44,19	8,64	26,84	17,37	0,00	0,44	2,46	0,06	100,00

X- Guar	57,49	10,10	17,76	9,47	2,23	1,69	1,26	0,00	100,00
XI- Cruzeiro	52,92	7,90	14,39	10,42	12,76	0,65	0,96	0,00	100,00
XII- Samambaia	36,23	4,71	9,18	16,76	0,00	0,76	31,98	0,38	100,00
XIII- Santa Maria	30,50	0,52	6,94	15,70	0,00	0,13	45,32	0,89	100,00
XIV- S. Sebasto	14,95	0,78	16,74	10,78	0,00	0,11	56,36	0,28	100,00
XV- Rec. das Emas	8,17	0,13	6,53	14,04	0,00	0,00	68,13	0,00	100,00
XVI- Lago Sul	78,72	0,62	6,97	13,36	0,00	0,33	0,00	0,00	100,00
XVII- Riacho Fundo	34,55	8,24	8,53	7,04	0,00	0,00	41,64	0,00	100,00
XVIII- Lago Norte	82,15	2,00	7,94	7,91	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
XIX- Candangndia	15,11	19,65	17,97	12,07	0,00	0,35	34,85	0,00	100,00
D. Federal	46,03	5,85	18,77	14,81	3,11	0,47	10,79	0,17	100,00

FONTE: CODEPLAN: Perfil socio-econômico das famílias do DF/ 1997

Escolaridade

Existe uma correlao positiva entre escolaridade e nível de renda, discutida em detalhes dentro das teorias econmicas que trabalham os recursos humanos. Assim, a tese geral que oferece o pano de fundo em análises desta natureza nos diz que: quanto maior a escolaridade, maior a possibilidade de emprego e, portanto, maiores condioes de acesso a níveis satisfatórios de renda. Lipset e Bendix, em estudo clássico sobre mobilidade social, chamam a ateno para a substituio da herança familiar por processos mais racionais de seleo estabelecidos pela ordem burocrática, o que reforça o papel da educao como canal de mobilidade¹⁵.

A revoluo técnico-científica que vem se generalizando a todas as dimensões da vida social corrobora ainda mais para a validade deste tese. Dentro desta, a generalizao da micro-eletrnica como o novo paradigma científico-tecnológico neste fim de século traz no seu bojo a exigência de uma maior qualificao da força de trabalho, onde a escolaridade  a condio absolutamente necessária para a insero desta no mercado. Diminui-se, por um lado, o tempo médio de trabalho necessário, aumenta-se a produtividade nos processos produtivos e, como conseqncia,

intensifica-se o produto de seu trabalho e desvaloriza-se o trabalhador na ótica de sua contribuição ao produto final. Esta dinâmica, de fato contraditória, é a responsável pela enorme crise de emprego existente no mundo atual e, dada a irreversibilidade do progresso técnico, aparece como o principal fantasma nos processos sociais e nas estratégias governamentais neste milênio que se aproxima. Seus efeitos se espalham por todas as sociedades podendo ser observados em todo e qualquer aspecto que se considere. A questão do ponto de vista teórico é uma das mais polêmicas dentro da sociologia nos tempos atuais. Interessa, sobretudo, aos estudos urbanos tendo em vista que a sua discussão recoloca o lugar do mundo do não-trabalho frente ao mundo do trabalho na construção das identidades sociais. Neste caso, o espaço da cidade “fora” do espaço do trabalho surge automaticamente como aquele onde a sociabilidade se constrói com bases empíricas¹⁶.

O DF não escapa desta lógica. Por um lado, as atividades do setor público federal aqui existentes desempenham um papel de vanguarda na incorporação de novos padrões técnicos nas rotinas administrativas. Aliado a isto, o atual grupo no poder colocou o funcionalismo público como um dos principais responsáveis pela crise fiscal que cada vez mais se apresenta como um dos estrangulamentos básicos que impede o Estado de atingir suas metas propostas. Resulta desta perspectiva uma grande instabilidade no funcionalismo, fortalecida pela adoção da prática de concurso público para se ter acesso aos cargos administrativos do Estado. As duas causas – modernização nas rotinas de trabalho e seleção por concurso - dentre outras, terminam por gerar uma dinâmica particular dentro do mercado de trabalho no DF onde, cada vez mais, se consolida aquele perfil profissional intimamente ligado ao perfil educacional dos indivíduos. A escolaridade passa aqui a ser um dos pré-requisitos, sem a qual, torna-se absolutamente impossível o acesso ao serviço público. Isto é verdade sobretudo quando verificamos a terceirização dos serviços braçais como a limpeza, por exemplo. Esta dinâmica termina por se expandir para os outros setores da economia local generalizando-se por todas as dimensões do mercado de trabalho. Hoje, até para o emprego doméstico uma pessoa alfabetizada tem maiores condições de alcançar um trabalho do que uma analfabeta. Tem-se portanto uma primeira seleção no acesso ao emprego, balizada pelo grau de escolaridade do demandante. Dentro deste quadro é que deve ser analisado o perfil educacional dos moradores no DF onde os dados disponíveis

indicam uma enorme heterogeneidade neste indicador: educação pode ser vista como um direito universal sendo um dos critérios essenciais para a inserção digna de um indivíduo na sociedade..

Os analfabetos constituem 4% da população do DF; entretanto, se somarmos aqueles que “sabem ler e escrever”, os da pré-escola” e os do “primeiro grau incompleto”, isto é, aqueles que, por diversas razões, caracterizariam os analfabetos funcionais, iremos nos dar conta de que 48% da população estaria aí situada, cobrindo todas as faixas etárias. Mesmo se levarmos em conta crianças em fase de escolarização, o índice é enorme sobretudo se considerarmos que se trata de um contingente humano que, mantida a situação observada, dificilmente seriam absorvidos pelos setores mais dinâmicos da economia, apresentando uma empregabilidade bastante frágil, conforme discutimos acima. Este dado nos permite perceber que é minoritária a presença de indivíduos que terminaram o primeiro grau (6,3%); mas considerando estes com os que estão em etapas da escolarização posterior, inclusive os que já possuem uma pós-graduação eles totalizam 39,47%. Dentro deste número, aparentemente satisfatório, observa-se que além daqueles que têm o primeiro grau completo, 8,42% tem o segundo grau incompleto, 13,97% contam com o segundo grau completo. Como é usual no Brasil, a porcentagem de indivíduos com um curso de pós-graduação é também irrisória no DF: estes totalizam 0,68%. A tabela abaixo discrimina esta situação e permite melhor visualização.

Quadro 6

Grau de instrução dos membros da família segundo níveis de escolaridade (DF: 1997)

Discriminação	Membros da família (%)
Analfabeto	3,93
Sabe ler e escrever	3,21
Pré-escola	4,08
1ª grau incompleto	40,90
1ª grau completo	6,29
2º grau incompleto	8,42
2º grau completo	13,97
Superior incompleto	3,24
Superior completo	6,87
Pós-graduação	0,68

Menores de 7 anos s/escola	8,41
TOTAL	100,0

FONTE: CODEPLAN: Perfil sócio-econômico das famílias do DF/ 1997

A distribuição espacial desta escolaridade guarda estreita relação com a distribuição espacial da renda. Assim é que os analfabetos estão concentrados em São Sebastião (8,48%), Paranoá (7,20%), Brazlândia (6,52%), Samambaia (6,29%) Recanto das Emas (6,13%), Gama (5,30%), além de Planaltina, Santa Maria e Candangolândia. No extremo superior, ou seja, aqueles que possuem um curso superior e mesmo uma pós-graduação, estão concentrados sobretudo no Plano Piloto e nos Lagos. Os primeiros são locais onde se concentram os desempregados do DF, enquanto no Plano Piloto e Lagos se encontram os melhor situados no mercado de trabalho, especialmente a alta burocracia do Estado.

As categorias sócio-profissionais

Os dados da CODEPLAN, que segundo alguns critérios nos estão servindo de base para traçarmos um retrato do espaço social do DF e sua estratificação, nos permitem inferências sobre as categorias sócio-profissionais que nos são úteis para dar seqüência a este diagnóstico. Devemos ressaltar, ainda, que as classes e a estratificação social guardam proporcionalidade com o lugar que o indivíduo ocupa na estrutura produtiva e no mercado de trabalho e o quantitativo de pessoas em ramos destas atividades contribuem para fortalecer aquilo que Marx vai chamar de “força coletiva do trabalho” elemento estratégico na organização e no poder dos grupos assalariados¹⁷.

É obvio que uma concentração populacional do porte de Brasília vai apresentar praticamente todas as profissões que estariam presentes num espaço deste porte. Em síntese, trata-se de uma economia complexa, mas centrada sobretudo no setor terciário, mais do que no setor industrial, o clássico setor urbano do capitalismo. Se considerarmos o fato de que o setor público é a própria razão do surgimento da cidade podemos aceitar sem maiores incertezas este argumento. A presença maciça de funcionários da administração federal como sendo a principal, ou entre as três principais categorias sócio-profissionais, se observa em 9 das 19 regiões administrativas do DF; se agregarmos os funcionários da administração do GDF, estes estão entre as três principais categorias em 13 das 19 RAs. Além destes, os bancários estão entre as três principais categorias profissionais em Brasília, os profissionais liberais são particularmente importantes no Lago Sul, os autônomos no Gama, Samambaia e Riacho Fundo e o emprego doméstico em Sobradinho, Paranoá e São Sebastião. O quadro a seguir apresenta em detalhes estas informações, destacando as atividades com maiores e menores incidências do DF.

Quadro 7 : Categorias sócio-profissionais com maiores e menores incidências no DF por região administrativa (1997)

(Em %)

Regiões Administrativas	Maiores Porcentagens	Menores porcentagens
I- Brasília	Adm. Federal (41,27); Comércio (8,01); Estabelecim. Bancários (6,18)	Transporte (0,55); Construção civil (1,15); Indústria de transformação (1,21)
II- Gama	Adm. GDF (29,49); Comércio (20,93); outros (15,9); Serviços autônomos (6,45)	Agropecuária (0,0); Profissão Liberal (0,35); Estab. Saúde particular (1,26)
III- Taguatinga	Comércio (23,51); Adm. GDF (21,78); Adm. Federal (11,56)	Agropecuário (0,85); Estab. bancário (1,58); Estab. saúde particular (1,75)
IV- Brazlândia	Adm. GDF (24,72); Outros (17,84); Comércio (14,88); Transporte (6,79)	Profissão liberal (0,74); Estab. Bancário (1,15); Agropecuária (1,27)
V- Sobradinho	Adm. GDF (24,36); Comércio (21,98); Serviços domésticos (11,10)	Profissão liberal (0,51); Estab. Bancário (0,57); Agropecuária (0,63)
VI- Planaltina	Adm. GDF (25,78); Adm. Federal (16,85); Outros (14,64); Autônomo/Comércio (12,40)	Agropecuária (0,15); Profis. Liberal (0,47); Ind. de transformação (1,24)
VII- Paranoá	Comércio (26,49); Outros (19,76); Serviços Domésticos (19,46); Construção Civil (16,42)	Agropecuária / Profissão liberal (0,0); Estab. bancário (0,35)
VIII- Núcleo Bandeirante	Comércio (25,27); Outros (15,22); Adm. GDF (14,77); Adm. Federal (14,06)	Agropecuária (0,46); Estab. Ensino Particular (1,98); Estab. saúde part. (2,05)
IX- Ceilândia	Comércio (20,25); Adm. GDF (16,39); Outros (15,65) Serviços Autônomos (14,43)	Agropecuária (0,27); Profissão liberal (0,32); Estab. Bancário (1,06)
X- Guará	Adm. Federal (25,81); Adm. GDF (20,50); Comércio (14,26)	Agropecuária (0,58); Profissão liberal (1,05); Serviços domésticos (1,22)
XI- Cruzeiro	Adm. Federal (34,18); Adm. GDF (19,27); Comércio (11,26)	Agropecuária (0,36); Indústria transformação (0,58); Constr. Civil (1,14)
XII- Samambaia	Outros (20,76) Adm. GDF (19,18); Comércio (15,41); Serv. Autônomos (12,16)	Agropecuária (0,19); Estab. Bancário (0,24); estab. saúde particular (0,63)
XIII- Santa Maria	Outros (29,8); Comércio (18,52); Adm. GDF (12,99)	Profissão Liberal (0,0); Agropecuária (0,18); Estab. Bancário (0,2)
XIV- São Sebastião	Comércio (28,07); Outros (16,99); Serviços domésticos (12,44)	Agropecuária (0,49); Estab. Bancário (0,55); Ind. Transformação (1,00)
XV- Recanto das Emas	Comércio (22,30); Adm. GDF (19,36); Outros (14,87)	Estab. Bancário (0,13); Agropecuária (0,29); Estab. Saúde particular (0,68)
XVI- Lago Sul	Adm. Federal (25,52); Comércio (13,63); Prof. liberal (13,48)	Transporte (0,21); Agropecuária (1,36); Serviços domésticos (1,58)
XVII- Riacho Fundo	Comércio (27,97); Adm. GDF (23,41); Serviços autônomos (12,67)	Agropecuária (0,0); Estab. saúde part. (0,96); Estab. Bancário (1,12)
XVIII- Lado Norte	Adm. Federal (46,12); Comércio (10,60);	Agropecuária (0,14); Estab. saúde

	Outros (10,28)	particular (1,10); Transporte (1,12)
XIX- Candangolândia	Adm. GDF (21,9); Serviços autônomos (18,93); Comércio (18,23)	Agropecuária (0,0); Estab. ensino partic.(0,44); Indúst. Transform. (1,11)

FONTE: CODEPLAN: Perfil sócio-econômico das famílias do DF/ 1997

Podemos fazer ainda algumas inferências sobre a estratificação sócio-econômica do espaço no DF a partir dos dados da tabela acima. Conforme já ressaltado, é óbvia a constatação de que o Plano é o lugar da administração federal: 41,27% dos que aí habitam e estão na faixa etária economicamente ativa são seus funcionários, fenômeno que se espalha também por seu entorno imediato (Taguatinga, Planaltina, Núcleo Bandeirantes, Guará e Cruzeiro). Não dispomos de dados estatísticos para tanto mas a vivência e a observação in-loco nos permitem afirmar que a distribuição do funcionalismo público obedece a uma lógica segundo as hierarquias do setor: alta administração no Plano Piloto e os escalões médios e inferiores se espalhando pelas satélites estas também hierarquizadas. Isto, em razão de que os elevados preços dos imóveis e o alto custo dos aluguéis no Plano o tornam inviável para os salários médios do funcionalismo público. Mesmo as quadras “quatrocentos” estão pouco a pouco redefinindo seus moradores por faixas de renda em função desta lógica imobiliária excludente¹⁸. As tendências estão a indicar que estas, pouco a pouco, poderão redefinir o perfil sócio-econômico de seus moradores.

Ao lado dos funcionários da administração pública (federal e distrital) destaca-se também o comércio que se espalha por todas as regiões administrativas como uma das principais ocupações; é atividade típica do espaço urbano, atuando na esfera da circulação das mercadorias, estando na origem mesma das cidades. No sentido clássico do termo não há operários no DF, ou melhor, a presença desta categoria é pouco importante, se perdendo no seio de outras mais representativas. Visto sob este ângulo Brasília poderia ser classificada como uma típica cidade-estado como foi usual nos primórdios do capitalismo e razão mesma da sua fundação: administração e circulação são as funções básicas que lhe dão identidade e justificam a sua existência. Assim, o espaço urbano como o *lugar* da produção que significou a passagem do feudalismo ao capitalismo no Ocidente e que vai caracterizar as sociedades urbanas não se aplicaria para Brasília. Em sendo uma cidade terciária, fica sempre a sensação de que aqui se pulou etapas do desenvolvimento urbano e a cidade já nasce moderna na sua estrutura ocupacional. Cidade terciária sem ter sido entreposto de mercadorias, sem ter vivenciado uma industrialização, o comércio que aqui se

instala o faz visando atender demanda de funcionários na origem e posteriormente de uma população que gira em sua grande parte em torno do setor público.

Dentro desta ótica, permanece portanto de forma contraditória a sensação de uma economia pouco complexa e que se dinamiza quase que exclusivamente a partir de estímulos ditados pelo Estado, frente ao qual apresenta uma autonomia relativa bastante frágil. Isto pode ser comprovado nos últimos tempos com a reforma do Estado e a restrição às contratações no setor público coincidindo com a conjuntura de desaceleração da economia e crescimento acentuado dos índices de desemprego.

Ao mesmo tempo, fica evidente a uma incapacidade estrutural da economia local em gerar empregos e uma dependência crônica do poder público federal que, de resto é quem legalmente também se responsabiliza por importantes rubricas nos gastos governamentais do GDF. Neste quadro fica a indagação sobre os limites da cidade funcionar, por um lado, como pólo de atração de correntes migratórias e, simultaneamente, garantir a fixação desta população no lugar de destino. A questão ultrapassa a natureza do regime político à frente do governo federal e do GDF e aponta para os limites do planejamento urbano como instrumento político de controle social numa sociedade de mercado. As decisões de empresas e prestadores de serviços são tomadas a partir da racionalidade que lhes é própria e se mostram incapazes de criar postos de trabalho em um ritmo condizente com o aumento da população. Isto, sobretudo se levarmos em conta que os estímulos ao seu crescimento são endógenos na medida em que inexitem um setor industrial e agropecuário com potencial para dinamizá-lo. O resultado é que parcelas significativas da população estão inseridas em lógicas alternativas àquela do Estado e não existem mecanismos técnicos de sua inserção nas práticas estatais. Resta, portanto, um setor terciário e um setor governamental como os centros de geração de emprego resultando em uma impossibilidade estrutural no tratamento igualitário de grupos sociais e mesmo de indivíduos – a uma segmentação social corresponde uma segmentação do aparelho de Estado. Este se torna pequeno para resolver grandes problemas ou grande demais para resolver pequenos problemas. Em Brasília a situação só se mantém porque se forja uma opinião pública através de estratégias de marketing desenhadas por empresas especializadas que dá a ilusão a todos de que um dia poderão usar a fantasia com que se brinca nesta ilha.

Classes Sociais no reino do Estado

Os dados e as reflexões até o momento levantados nos fornecem pistas para retomar o debate sobre as classes sociais urbanas no Distrito Federal. Sim, pois Brasília termina por se transformar num cenário político que agrega a dinâmica da política nacional com a lógica de seu espaço social característico de processos mais corporativos que classistas conforme desenvolvemos anteriormente¹⁹. Estamos partindo do pressuposto que as vinculações dos indivíduos com o mundo da economia não são aqui determinadas por lugares na chamada produção material; o que estaria diretamente ligado a esta dimensão seria um débil setor industrial - basicamente gráfica, moveis, bebidas e construção civil - nenhum deles com peso suficiente para determinar a trajetória de construção de identidade de classe. Portanto, esta economia industrial pouco complexa não deixa margens de manobra para movimentos classistas tendo em vista a pouca visibilidade dos trabalhadores destes setores no cenário político local²⁰. Apesar de presentes ao longo da história da cidade desde os seus primórdios, as greves de trabalhadores da construção civil, comerciários, por exemplo, pouco agregaram no sentido de transformar a prática cotidiana destas categorias sócio-profissionais em práticas de classe; o setor terciário e da prestação de serviços forma o peso da capacidade organizacional dos assalariados no DF. De um lado, o funcionalismo público, de outro, os trabalhadores no comércio são os mais representativas organizações classistas com o seu contrapeso do Estado e da Associação Comercial como representação dos interesses dos empregadores. Neste sentido, poder-se-ia argumentar que o emprego no setor serviços cria uma ordem social, não devido aos efeitos de seus *produtos* sobre a economia e sobre as organizações econômicas, mas porque regula e disciplina as motivações e aspirações dos empregados, ou seja, condicionam seus *inputs* na vida social²¹. Cabe ressaltar, ainda, que os industriais da cidade aparecem como sendo mais organizados e com estratégias classistas melhor articulados que seus operários que se mostram mais tímidos em suas reivindicações. Nestes últimos o comportamento político discreto pode ser explicado sobretudo pela baixa oferta de postos de trabalho no setor e pelo alto nível de desemprego no DF.

Offe (1989) desenvolve reflexões sobre o terciário se referindo sobretudo à dinâmica alemã do mercado de trabalho; tais reflexões, quando aplicadas à realidade de Brasília, necessitaria

algumas considerações específicas a este espaço social. É óbvio que o emprego no setor serviços no DF é importante para a integração de contingentes de indivíduos nas relações sociais monetarizadas, exercendo aí um papel que pode ser considerado modernizador. Ao mesmo tempo há um volume de moeda que circula no espaço da cidade que dinamiza as trocas, especialmente comerciais e de prestação de serviços manifestado na relativamente alta renda média aí concentrada.

Mas se olharmos a realidade local mais de perto e considerando que o perfil médio do habitante no DF, conforme dados apresentados nas páginas anteriores, iremos constatar que o terciário que aqui se instala é também caracterizado por uma complexa heterogeneidade. Por um lado, um segmento deste setor, apresenta um perfil complexo e sofisticado, que atende sobretudo ao aparelho de Estado, as firmas de consultoria, bancos, turismo, etc. Este terciário está localizado quase que exclusivamente no Plano Piloto, lugar onde se manifesta a demanda pelos serviços que oferece. Em seguida um terciário mais ligado ao comércio e prestação de serviços voltados ao atendimento de famílias com padrão de consumo correspondente a uma renda monetária alta e média; este se espalha além do Plano, pelas satélites mais dinâmicas como Taguatinga, Guará, Núcleo Bandeirante, etc. Na seqüência o terciário para as baixas rendas que se conecta com o chamado setor informal que oferece produtos e serviços de baixa sofisticação mas que mesmo assim pressupõe um nível de renda monetária mínima, se espalhando por todas as aglomerações urbanas do DF, inclusive o Plano Piloto. De fato, ele se espalha por todo o DF sendo quase imperceptível apenas nos Lagos Norte e Sul. Mesmo no Plano Piloto pode ser constatada a presença deste setor, exatamente nas áreas de maior circulação de pedestres tais como no “cruzamento” dos eixos, nas zonas hospitalares, assim como na avenida W3 sul.

Notamos aqui, portanto, um dos primeiros efeitos da forma física da cidade. O Plano aparece como uma área de pleno emprego. Os desempregados são diluídos pelas cidades satélites onde o controle se faz de maneira mais tímida. O setor informal não encontra grandes possibilidades físicas de se instalar devido a um desenho extremamente segmentado com uma irrisória presença de pedestres nas ruas. O comércio ambulante, por exemplo, se restringe a espaços restritos da cidade e termina por se submeter a normas fixadas pela administração.

Estas considerações colocam à nossa frente o problema de mensuração mesma do setor terciário, especialmente da prestação de serviços. Ainda segundo Offe o conceito teórico básico do trabalho em serviços naturalmente é crucial pois os atributos negativos sobre o conceito aparecem quase sempre na definição do trabalho aí desenvolvido. Assim, ele gera produtos não materiais,

que não podem ser armazenados ou transportados. Ao mesmo tempo, “o trabalho em serviços não é ou é menos suscetível à racionalização técnica e organizacional se comparado com o trabalho que produz bens...a produtividade do trabalho em serviços *não* pode ser medida e por isso seus padrões de produtividade *não* podem ser controlados; neste sentido o trabalho em serviços não é produtivo (tanto no sentido da economia política clássica quanto do marxismo) e assim por diante”²². Estas referências são importantes porque se de um lado elas colocam problemas concretos na economia do trabalho elas vão se rebater na própria sociologia conforme argumenta Offe. Assim é que na sociologia os trabalhadores que prestam serviços são convencionalmente chamados de “classe média”, ou seja, nem são elites, nem são operários ou são classificados como “nova” classe média o que, nas palavras de Offe, vai apenas indicar que não pertencem à “velha” classe média.

Fica então a indagação: seria esta “velha” classe média constituída pelo funcionalismo público, de resto, o setor mais tradicional do meio urbano brasileiro, presente entre nós junto com os comerciantes deste os primórdios da colônia portuguesa? Se assim o é, como trabalhar a extrema heterogeneidade também presente no interior do funcionalismo? Seria no mínimo apressado construir um modelo calcado apenas na natureza do empregador, sobretudo quando este é o Estado: a hierarquia interna evidente, por exemplo, certamente irá se refletir nas práticas políticas dos membros do funcionalismo. Ao mesmo tempo, as profundas transformações que o setor público vivenciou sobretudo a partir da complexificação da economia e da sociedade brasileiras terminaram por refletir na sua estrutura e na composição dos seus membros. O processo é tão radical que gera estratificações transformando a própria natureza do trabalho na administração, interferindo nos mecanismos identitários de seus participantes.

Assim, na procura de uma melhor determinação deste segmento poderíamos avançar alguns elementos que facilitariam nas reflexões. Temos que considerar, em primeiro lugar, que o funcionalismo público que vem para Brasília desde sua fundação se insere num contexto *sui-generis*: cidade nova, sem tradições conservadoras e oligárquicas típicas do Brasil mais tradicional, numa sociedade passando por acelerado processo de modernização com a indústria se consolidando como o eixo da acumulação e conseqüentemente uma urbanização irreversível. Ocupar um espaço desta natureza e neste contexto vai implicar um período de adaptação às novas realidades que certamente deve ter influenciado inclusive a capacidade de organização desta

categoria socio-profissional. Ao mesmo tempo podemos pressupor que a modernização da administração no que se refere às técnicas e infra-estrutura operacional encontra aqui um espaço privilegiado. Somando estas duas características poderemos considerar que se formam no novo DF as condições primeiras para a consolidação de um segmento da alta burocracia do Estado que encontra aqui um espaço privilegiado para se desenvolver, e cujo estilo de vida passa a ditar as normas de sociabilidade sobretudo dentro do Plano Piloto.

Este fato é original dentro da sociedade brasileira. Mesmo na época em que o Rio de Janeiro era capital era impossível ocorrer tal fenômeno dada a relativamente pequena participação do funcionalismo público no total dos assalariados em todos os setores aí presentes. Brasília tinha portanto todas as condições para o domínio de uma cultura dos tradicionais *colarinhos brancos*²³ característico das sociedades modernas. O espaço escolhido para se movimentarem é o Plano Piloto, a área dos Lagos Norte e Sul num processo que vai pouco a pouco estratificando o espaço físico da cidade a partir de parâmetros ditados por esta categoria social. Este movimento termina por ditar o cotidiano em todos os seus níveis, seja no mundo do trabalho, seja no do não trabalho dando a esta área uma característica *sui generis* dentro das cidades brasileiras.

A sensação de espaço social homogêneo, com similaridades com bairros de classe média de cidades mais tradicionais e ricas é a que predomina nestas áreas. Evidentemente estamos nos referindo sobretudo aos escalões altos e médios da burocracia do Estado, pois os demais escalões são forçados pela lei do mercado a se retirarem para as satélites mais próximas onde constituem parcela significativa das famílias de maior renda nestes espaços. Aliás, Mills vai argumentar que os grupos profissionais integrantes das pirâmides dos colarinhos brancos não obstante suas diferenças, apresentam certos traços comuns, característicos da nova classe média como uma pirâmide geral que coincide em parte com a dos empresários e operários. É impossível defini-los com precisão a partir de um critério isolado de estratificação, seja a especialização função, classe, status ou poder. ... Qualquer que seja o critério de definição, é preciso considerar que os colarinhos-brancos não formam uma camada horizontal compacta. Não preenchem uma função central e positiva que os possa definir...operam com símbolos e pessoas, coordenando, registrando e distribuindo, mas executam essas funções como empregados dependentes, e as habilidades que utilizam, sob esses aspectos, são algumas vezes, semelhantes, quanto à forma e à

mentalidade exigidas, às de muitos operários”(Mills, op. cit. Pag. 95). Todas estas características estão em maior ou menor escala incidindo sobre as mentalidades do habitante de Brasília dando um “tom” na cultura urbana e local e só a ela.

A título de síntese: o lugar do individualismo

Os elementos constantes nos parágrafos anteriores trazem implícito um aspecto que merece alguns desdobramentos, embora ainda preliminares. Temos que considerar que quando falamos em classes sociais procuramos permanentemente mapear uma ideologia que está respaldada em práticas sociais e na afirmação de identidades grupais. Isto pode significar uma enorme dificuldade em ser objetivo pois substancialmente explicitar o lugar na classe por parte do indivíduo é quase que se desnudar de coisas que muitas vezes podem (e devem, às vezes) ficarem ocultas. A categoria central da política é a necessidade de reconhecimento – Charles Taylor um dos comunitaristas mais eminentes²⁴ entende política como auto-estima e necessidade de identidade por parte dos atores políticos.

Este aspecto é importante sobretudo se nos dermos conta de que os relacionamentos num espaço social regulado por relações pessoais de indivíduo para indivíduo muitas vezes são cruciais para acesso a coisas e situações, como por exemplo, emprego, benesses pessoais tipo lote, financiamentos para construção da casa, acesso a serviços públicos, etc. É evidente que esta é uma dimensão das relações sociais que guarda especificidade que têm relação com a cultura vista na sua amplitude maior, de nação. Numa cidade como Brasília com certeza esta é uma questão que assume características próprias.

É, também e ao mesmo tempo, algo que guarda algum dinamismo, inseridos que estamos num projeto de modernidade ocidental com todas as implicações que podem daí advirem. Este dinamismo não pode ser mesurado em todas as suas possibilidades sem levarmos em conta de que no espaço da cultura tradicional as mudanças são usualmente lentas, demoradas. Com base neste aspecto foi que fizemos a referência em páginas anteriores à importância do concurso público para acesso nos cargos efetivos da burocracia pois este era um dos lugares privilegiados para a prática personalizada nas relações sociais. Ao mesmo tempo ela vai tocar num ponto a

nosso ver essencial quando estamos procurando decodificar práticas de classe no espaço social da cidade. O acesso por qualidades pessoais (os concursos são democráticos na medida em que o indivíduo não é identificado pessoalmente) aos postos na burocracia certamente dá ao indivíduo uma autonomia relativa que o torna um potencial sujeito de sua própria trajetória profissional, longe portanto daquele que teve seu acesso ao posto de trabalho garantido por apadrinhamento. Este, certamente teria menos graus de autonomia e entraria com critérios adicionais no momento em que fosse barganhar condições de trabalho por exemplo. Em outras palavras o primeiro teria maiores possibilidades de explicitar sua classe, no sentido ideológico mesmo da palavra.

Longe estamos de considerar a estrutura de poder no interior da burocracia como algo homogêneo e constante. Os indivíduos mudam nos cargos e esta hipótese não significa necessariamente que haveria uma tendência inquestionável de oposição ao poder do Estado. Em outras palavras, mesmo para explicitar solidariedade o indivíduo concursado teria maior autonomia, talvez tanto quanto para expressar oposição, tudo dependendo da natureza do regime político em vigor e do engajamento pessoal na política ou nos programas governamentais. Esta é a razão pela qual a perda recente de estabilidade de emprego pelo funcionalismo público é motivo de grandes contestações, mesmo que seja evidente a baixa eficiência observada em alguns de seus segmentos.

Podemos supor, ainda, que esta autonomia no mundo do trabalho assegura ao indivíduo uma identidade mais consistente nos outros papéis que desempenha socialmente: famílias, bairros, grupos de lazer, etc. Estamos assumindo, portanto, uma centralidade do mundo do trabalho na vida do indivíduo, e em decorrência supondo que instabilidade no emprego geraria por seu lado personalidades instáveis, inseguras e de mais fácil manuseio através dos instrumentos de dominação disponíveis. Embora a igualdade seja um valor importante quando visto no geral não se pode esquecer que mais importante que a própria liberdade é a garantia de sobrevivência cotidiana. Dentro desta assertiva poderíamos inferir que garantia de acesso à renda monetária é talvez o primeiro pressuposto que se coloca no processo de explicitação de ideologias, e de práticas classistas. Isto é sobretudo verdade no espaço urbano onde o acesso ao dinheiro é condição *sine-qua-non* de sobrevivência. Provavelmente seja por isso também que os embates

entre empregados e empregadores terminem por ser mais acirrados quando está em jogo as questões salariais.

Ao mesmo tempo o ambiente nos locais de trabalho goza também de uma outra característica que decorre desta acima. Estamos nos referindo especialmente ao elevado grau de desconfiança que se instaura entre as pessoas quando o acesso ao emprego se deu por formas variadas onde o acesso por conhecimentos pessoais e o acesso por mérito estariam convivendo. Instaura-se aí um processo de desconfianças mútuas que termina por intervir nos processos de aproximação que pressupõem confiança mútua dificultando a necessária solidariedade classista. O estudo feito por Souza para Brasília mostra, por exemplo que existe uma desconfiança entre os grupos sociais quando analisados no conjunto por classes de renda. Neste caso a solidariedade é vista como um dos valores mais importantes em uma sociedade, ao mesmo tempo em que se constata uma enorme desconfiança dos pobres em relação aos ricos²⁵. Se este é um dos destaques no levantamento efetuado, podemos agregar ainda que este vai se manifestar entre os elementos daí participantes no interior dos locais de trabalho hierarquizados que se estabelece. Estas dinâmicas provocam um embaralhamento nas relações cotidianas onde se é obrigado a transitar entre diferentes faixas econômicas – esta é uma das características da vida urbana – ao mesmo tempo em que se verifica graus de desconfiança generalizados que se manifestam entre as faixas de renda, explodindo na violência urbana e no estigma da pobreza daí decorrente, caracterizadas como *classes violentas*.

O estudo de Souza mostra também que a classe média em Brasília dá mais importância relativa dos valores individualistas, tais como iniciativas, competência e trabalho e um grau significativamente maior de tolerância à diferença individual e, conseqüentemente, um menor preconceito. A relação com as pessoas é vista como um elemento que favorece o acesso a privilégios: esta é uma atitude típica de sociedade altamente hierarquizadas, onde as diferenças sociais são marcantes e sobretudo numa cidade dominada pela burocracia estatal terra do “você sabe com quem está falando?”. Confirma-se uma visão distinta de mundo para cada estrato social; além do mais a classe média alta e mais escolarizada aparece como: um nicho de valores associados ao individualismo como um mundo privado no qual não cabe ao estado intervir; uma valorização comparativamente mais favorável – por oposição às classes populares – da iniciativa

e do ganho econômico; uma certa visão menos tradicionalista e habitual do comportamento pessoal.

Isto talvez ajude a explicar porque os movimentos populares de conteúdo libertário e democrático dos últimos decênios foram, marcadamente movimentos de classe média, até mesmo na forma de manifestação da insatisfação popular: o buzinaço na campanha pelas diretas e pelo impeachment de Collor, os jovens caras pintadas²⁶. O ponto de vista adotado é o da ambigüidade cultural, ou seja, o de que cada cultura possui aspectos mais ou menos interessantes, dependendo da interpretação. O central é a relativização das contribuições culturais específicas. As classes de renda baixa acreditam que o dinheiro alcançado é sobretudo devido à sorte, mais do que por merecimento, este sim o mais importante para a classe média. Esta demonstra, portanto, um apego a valores individuais enquanto aquela é justamente a que não valoriza tais aspectos²⁷. Valores referentes à família, respeito aos mais velhos, a níveis mais comunitários da vida são exercidos mais pelas classes baixas, enquanto a classe média tem valores mais individualistas. É dentro destes elementos que se deve procurar discernir práticas sociais no DF e tentar verificar sua coerência como “práticas de classe”.

Notas

- ¹ Gouvêa, Luiz Alberto.: A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, Aldo.: A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: ed. UnB.1998. pág. 88.
- ² Brasilmar Ferreira Nunes et. al. – Notas teóricas para estudo de classes e estratificação social em meio urbano. In: Série Sociológica nº. 167. Brasília: UnB/Departamento de Sociologia, 1999.
- ³ O caso das grandes obras hidroelétricas que terminam por incorporar nos seus projetos populações originais dos espaços, na medida em que muitas vezes implicam no desaparecimento de cidades e relações humanas já consolidadas é um exemplo.
- ⁴ Seria interessante destacar o relativamente pequeno fluxo migratório que se dirige, por exemplo, para Palmas localizada também no centro do País mas que não representa a mesma dinâmica de Brasília nos seus primórdios. Trata-se de uma capital com uma série de vantagens locais próximas àquelas apresentadas por Brasília na época. Entretanto, neste caso, o poder de atração de imigrantes é muito menor, refletindo mais um projeto regional que nacional.
- ⁵ Velho, Otávio G.: O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1979.
- ⁶ A este respeito sugerimos o texto de Nunes, B. F. Fragmentos para um discurso sociológico de Brasília, in: Brasília, a construção do cotidiano. Brasília: Ed. Paralelo 15, 1997 Organizado pelo próprio autor.
- ⁷ Paviani, Aldo. (org.). A conquista da cidade; movimentos populares em Brasília. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- ⁸ Devemos enfatizar que os impactos da consolidação da capital no Planalto Central dinamizou a agricultura de Goiás e regiões mais próximas (como o Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Entretanto, pouco alterou a realidade social do sertão nordestino nas áreas mais próximas de Brasília.
- ⁹ Estamos nos referindo à apreçoada funcionalidade do chamado setor informal tão em voga nas ciências sociais em períodos recentes e que, pouco a pouco vai sendo substituído pelos “excluídos” denotando a incapacidade de acesso ao emprego formal por grandes parcelas da PEA ao mercado de trabalho com as características do brasileiro.
- ¹⁰ Algo próximo à Zona Norte ou Baixada Fluminense do antigo Distrito Federal.
- ¹¹ A este respeito ver Bernardes, Genilda Darc. Goiânia, cidade planejada, cidade vivida: discurso e cultura da modernidade. Brasília: UnB/ Departamento de Sociologia-Tese de doutoramento, 1998. Ver também Borges, Barsanuefo Gomide. Goiás: Modernização e Crise (1920 – 1960). São Paulo: USP/FFCH- Tese de doutoramento, 1994.
- ¹² Silva Filho, Thadeu de Jesus.: “Festa Junina e Brasília: que relação é essa?” In: Pós: Revista brasileira de ciências sociais, ano1 nº 2, Brasília: Edição Temática, 1998.
- ¹³ Com relação a esta questão, surgem trabalhos acadêmicos produzidos a partir de pesquisas universitárias. Podemos destacar, por exemplo, o trabalho de Maria Angélica Madeira – Formas de sociabilidade e cultura da festa na juventude brasileira dos anos 1990 – in: Nunes, B. F. (org.). Brasília, a construção do cotidiano. Op. Cit., principalmente as páginas 253 e seguintes. Ainda da mesma autora, o artigo “Rythm and irreverence: notes about the rock music movement in Brasília”, in: Popular music and society, vol. 2, 1992.
- ¹⁴ Folha de São Paulo, 13/06/99, pág. 15. Referência ao estudo recente efetuado pelo IPEA.
- ¹⁵ A este respeito, ver Lipset, S. M. et al.: Social Mobility in Industrial society. Berkeley: Berkeley university of Califórnia Press, 1959. Apud Scalon, Maria Celi.: Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências. Rio de Janeiro: Renan, IUPERJ-UCAN, 1999. Pág. 16
- ¹⁶ Um dos textos que, no Brasil dá o tom deste debate é o de Clauss Offe: O trabalho como categoria sociológica chave?, publicado na coletânea deste autor: “O capitalismo desorganizado”. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. Págs 167 a 198.
- ¹⁷ Marx, K. O Capital. Livro 1, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.
- ¹⁸ As quadras “quatrocentos” foram planejadas exatamente para os escalões inferiores da administração: são imóveis de aparência menos sofisticada com gabarito limitado a três andares, sem garagem e sem elevadores; longe, portanto, do padrão de classe média típico das “cem”, “duzentas” e “trezentas”.
- ¹⁹ A este respeito remetemos nossa síntese teórica sobre classes e estratificação social publicada na série sociológica nº 167. Brasília: SOL/UnB, 1999.
- ²⁰ São poucos os movimentos de greve neste setor.
- ²¹ Clauss Offe – O crescimento do setor de serviços – in: “Capitalismo desorganizado” São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. Pág. 152.
- ²² id. Ibid.: 135
- ²³ Mills, C.Wright – A nova classe média, Rio de Janeiro, Zahar Edit. 1969, especialmente o cap. 4

²⁴ Souza, Jessé. Valores e estratificação social no Distrito Federal. In: Nunes, B. F. Brasília: a Construção do cotidiano. Op. Cit. Pág. 139.

²⁵ Souza, Jessé. Valores e estratificação social no Distrito Federa. In: Nunes, B. F. Brasília: a construção do cotidiano. Op. Cit.. Pág. 117 e seguintes.

²⁶ id. Ibid.: 136

²⁷ id. Ibid.: 130

Referências Bibliográficas

BERNARDES, Genilda Darc.: Goiânia, cidade planejada, cidade vivida: discurso e cultura da modernidade. Brasília: UnB/ Departamento de Sociologia - Tese de doutoramento, 1998.

BORGES, Barsanuefo Gomide.: Goiás: Modernização e Crise (1920 – 1960). São Paulo: USP/FFCH- Tese de doutoramento, 1994.

Folha de São Paulo, 13/06/99, pág. 15. Referência ao estudo recente efetuado pelo IPEA.

MADEIRA, M. A.: Formas de sociabilidade e cultura da festa na juventude brasiliense dos anos 1990. In: Nunes, B. F. (org.). “Brasília, a construção do cotidiano”. Brasília: Paralelo 15, 1997.

_____: Rythm and irreverence: notes about the rock music movement in Brasília. In: “Popular music and society”, vol. 2, 1992.

MARX, K.: O Capital. Livro 1, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

MILLS, C. Wright.: A nova classe média. Rio de Janeiro: Zahar Edit. 1969.

NUNES, B. F. et. al.: Notas teóricas para estudo de classes e estratificação social em meio urbano. In: Série Sociológica nº. 167. Brasília: UnB/Departamento de Sociologia, 1999.

NUNES, B. F.: Fragmentos para um discurso sociológico de Brasília. In: “Brasília, a construção do cotidiano.” Op. Cit.

OFFE, C.: O trabalho como categoria sociológica chave?, In: “O capitalismo desorganizado”. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

PAVIANI, A.: A conquista da cidade; movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora UnB, 1998.

_____. (org.): Brasília: moradia e exclusão. Brasília: Editora UnB, 1996.

SCALON, Maria Celi.: “Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências”. Rio de Janeiro: Renan, IUPERJ-UCAN, 1999.

SILVA Filho, Thadeu de Jesus.: Festa Junina e Brasília: que relação é essa? In: Pós: Revista brasiliense de ciências sociais, ano1 nº 2. Brasília: Edição Temática, 1998.

SINGER, P.: Economia Política da urbanização. São Paulo: Editora brasiliense, 1975.

SOUZA, Jessé.: Valores e estratificação social no Distrito Federal. In: Nunes, B. F. “Brasília: a construção do cotidiano”. Op. Cit.

Velho, O. G.: O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1979.

RESUMO

O texto discute aspectos da realidade social de Brasília a partir de dados fornecidos pela CODEPLAN(GDF) para 1997. Constata através destas informações a lógica de ocupação do espaço físico no Distrito Federal ressaltando o seu caráter de alta segregação, a partir de uma dinâmica que lhe é específica, determinada pelas funções de cidade capital. Neste contexto a realidade social, econômica e política da cidade incorpora de forma hegemônica valores de uma burocracia de classe média que terminam por caracterizar o espaço cultural da cidade, ainda em fase de construção de uma identidade que venha lhe garantir o lugar simbólico de capital da nação. Com estes elementos procura levantar pistas para o estudo de práticas de classes neste espaço, caracterizado pela supremacia do terciário especialmente o setor público.

ABSTRACT

This text discuss aspects about the social reality of Brasília

* Professor titular do Departamento de Sociologia da UnB.

** Graduanda em Sociologia na UnB.